

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



XIX

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na 4ª reunião ministerial (Programa de Ação Imediata), no Palácio do Planalto.

Brasília, DF, 14 de junho de 1993.

Convoquei-os para, mais uma vez, examinarmos, em conjunto, algumas providências de Governo. O Ministro da Fazenda lhes exporá as medidas que tomaremos, já a partir de hoje, em busca do equilíbrio orçamentário, como passo indispensável à retomada do desenvolvimento econômico.

Como verão os senhores, não iremos ofender, com decretos e leis, a natureza da moeda, nem desrespeitar o patrimônio das pessoas e das empresas. O Governo federal continuará a cuidar de sua parte. Mas a opinião pública deve entender que vivemos em uma República Federativa, e que a nossa Constituição atribui recursos e responsabilidades também aos Estados e Municípios. De nada nos adiantará administrar com parcimônia o que nos confiar o Parlamento se os outros não fizerem o mesmo. Contamos com o patriotismo dos Governadores e Prefeitos, e estamos certos de que, ao tomar conhecimento da nossa realidade financeira, os membros do Congresso Nacional e do Poder Judiciário darão ao País e ao seu povo a indispensável contribuição de austeridade.

Temos feito boa parte do nosso trabalho. As medidas em andamento trouxeram substancial baixa dos juros, aumento da produção industrial e do nível de emprego.

Os governos costumam ser o que a sociedade quer que eles sejam. A sociedade elege os seus representantes e sobre eles exerce influências e pressões. Essas influências e pressões refletem a própria forma de ser da comunidade nacional. Muitas vezes, as parcelas mais influentes da sociedade e de suas corporações, que gozam de relativo bemestar, quando não de excessivo bem-estar, não se dão conta dos perigos que correm, quando a renda do trabalho comum é dividida com injustiça. Restam indefesos os homens e mulheres que constituem a imensa maioria da população.

A responsabilidade é de todos nós, embora seja mais exigida dos que exercemos o Poder em nome do povo. Devemos entender o povo como o todo nacional. O Governo deve ser exercido no interesse de todos. O Governo existe para o povo, e não o povo para o Governo, assim como os bancos, as empresas industriais, a atividade agrícola e o comércio existem em função da sociedade, e não o contrário, como alguns talvez supõem.

Podem imaginar os senhores como se sentem os Chefes de Estado e de Governo, quando se confrontam com elites empresariais alienadas, sem compromisso com o povo, a Nação e a História.

Elas sempre julgam fraco o Presidente que, fiel à democracia, não usa a força em benefício dos mais fortes, mesmo que ele acerte em seus atos e na escolha de seus auxiliares.

É natural que o Chefe de Estado se mostre impaciente diante da insensibilidade dessas mesmas e presumidas elites, antigas e recentes. Senhores Ministros, Senhoras e Senhores.

Há sessenta anos, a já então mais orgulhosa nação do mundo parecia agonizar. Os Estados Unidos haviam subido os primeiros degraus do século multiplicando a sua produção industrial, trazendo à vida de todos os dias o conforto proporcionado pelas descobertas e invenções, como a energia elétrica e o telefone, ampliando as universidades e decidindo, com o seu poder militar, o destino do mundo.

Houve então a catástrofe. Em poucas jornadas, os títulos das empresas caíram a ponto de não valer o papel em que eram impressos. Os bancos fecharam as suas portas e um quarto dos norte-americanos perderam o seu emprego.

Por que isso? Cinco por cento da população norteamericana detinham um terço de toda a riqueza nacional. Convém não citar os nossos números. Os senhores os conhecem. Temos todos que nos envergonhar da posição que ocupamos no que se refere à distribuição do bem-estar. E bem-estar é dignidade.

Os senhores sabem qual foi a saída. Eleito em 1932, o Presidente Franklin Roosevelt convocou o brio nacional e, mediante o audaz programa conhecido como New Deal, recuperou a economia, fortaleceu o país e o preparou para a nova guerra, que já se sabia inevitável. Entenderam todos o que devemos entender: é mentirosa a fortuna que se reúne na especulação financeira. Não é digno a ninguém, que se encontre em pleno vigor físico e intelectual, viver apenas da renda de capitais investidos em títulos públicos. Não são honrados os dividendos das empresas, quando resultam da aplicação das disponibilidades de caixa e não de sua atividade social.

Antes de dar a palavra a Vossas Excelências, quero mostrar-lhes algumas cenas dos Estados Unidos, filmadas naqueles anos terríveis da Grande Depressão. Muitas delas fazem parte do cotidiano nas grandes cidades brasileiras. Elas nos devem trazer o estímulo do exemplo. Bastou que a sociedade norte-americana se mobilizasse para que a nação se reerguesse, como se reergueu.

É o que faremos.

Para isso não nos faltam — aos brasileiros — inteligência, dignidade, patriotismo. Somos um povo generoso e forte, e não serão os privilégios de minorias que nos impedirão de erguer a cabeça diante do mundo.

Acabei de dizer aos estagiários da Escola Superior de Guerra que a nossa fé não é romântica, nem simples figura de retórica, mas, sim, a certeza de que, com o trabalho de todos, vamos ampliar as sendas rumo ao terceiro milênio.

Muito obrigado.